

PERSPECTIVAS DA HISTÓRIA HOJE: REPRESENTAÇÃO E MICRO-HISTÓRIA

Ernesto Pimentel Filho*

O panorama da historiografia contemporânea das últimas décadas demonstra incontestavelmente um conjunto complexo de mudanças. Podemos discordar a respeito que do mudou, das vantagens e dos perigos, porém, sabemos que há algum tempo espalha-se uma embriagante fragrância. Ela ganhou o mercado, destronou teorias e, apesar disso, não podemos precisar de quais espécimes de flores foi extraída.

Há aqueles que reivindicam fatos da cultura contemporânea, como o fim da guerra fria, a queda do muro de Berlim, a falência do estruturalismo. O historiador, agora também homem de mídia, busca motivos, frases de efeito e criações fabulosas. As causas atribuídas a essa revolução na historiografia dos anos setenta para cá, não parecem ter muita consistência enquanto avaliações intelectuais.

O epicentro dessas construções discursivas é a França. Lá concentram-se perfumistas-historiadores de todas as qualidades. Por cá, lamentamos com ar tristonho e enfasiado as “teses” que se foram.

É possível fazer uma avaliação sóbria da questão? Esforcemo-nos por uma postura que possa estar distanciada da palavra fácil e do canto desiludido.

O conceito de *representação*

Para seguirmos o destino proposto, tomaremos a reflexão de Roger Chartier em torno do conceito de representação, bem como das observações posteriores de Carlo Ginsburg.

* Professor de Teoria e Metodologia da História da UFPB, Mestre em História do Brasil pela UFPE.

Nossa reflexão parte do pressuposto de que a única coisa segura que se pode afirmar em torno da historiografia atual é que ela deu uma guinada para o campo da cultura. Essa modificação na preocupação do olhar do historiador deu-se por um apelo ao que se chamou inicialmente de *história das mentalidades*. Sua definição teórica e suas bases metodológicas foram sempre pontos de divergências e equívocos. Dela, disse Jacques Le Goff, que era uma história ambígua: “o primeiro atrativo da história das mentalidades reside precisamente na o não sei o que da história.”¹

Como outros termos forjados no interior da *École des Annales, as mentalidades* tinham a vantagem de congregar experiências diversas no campo da investigação cultural. Não tinham, portanto, nenhuma preocupação de fechar uma determinada teoria global e explicativa.

Talvez o único acordo teórico válido fosse a idéia de que não se podia tratar mais o social com base na teoria do reflexo da infra sobre a superestrutura, e nisso incluía uma recusa implícita ou explícita do conceito de ideologia². Quando não, o termo ideologia tornava-se uma referência vaga e inercial, enquanto visão de mundo.

O termo mentalidades popularizou-se e ao passo que isso acontecia ia ficando patente a sua inconsistência. Vejamos o que declarou Duby recentemente: “No caso a palavra dava conta, sempre de uma forma vaga, de certas disposições psicológicas e morais na avaliação das coisas”³.

Conclui ainda:

“Já não utilizo a palavra mentalidade. Ela não é satisfatória, coisa que em pouco tempo perceberemos. Mas na

¹ LE GOFF, Jacques. "As Mentalidades: Uma História Ambígua", in: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: Novos Objetos*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 68.

² O que podemos entender aqui pela expressão Teoria do Reflexo não é o resumo da produção marxiana, mas aquilo que ficou explícito com todas as letras no Prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política de 1859* e o entendimento expresso por Le Goff no artigo supra-citado.

³DUBY, Georges. "Reflexões sobre a história das mentalidades e a arte". In: *Novos Estudos do CEBRAP*. Nº 33, julho/1992, p. 69.

época, no final dos anos 50, ela era bastante adequada, justamente devido às suas fraquezas, a sua imprecisão, para designar a terra *incógnita* que convidávamos os historiadores a explorar conosco e cujos limites e topografia ainda nos eram desconhecidos”.⁴

Do final dos anos oitenta para cá, as críticas ao termo têm tomado o caráter de reconstrução teórica. Chartier parece ter partido na frente, mesmo à revelia da voz oficial dos *Annales*. Em artigo de 1989, ele alude ao editorial da Revista, aparecido na primavera de 1988:

*“D'une part, il affirme l'existence d'une "crise générale des sciences sociales", réperable dans l'abandon des systèmes globaux d'interprétation, de ces "paradigmes dominants" qu'avaient été, un temps, le structuralisme ou le marxisme, comme dans le rejet proclamé des idéologies qui avaient portée leur succès (entendons l'adhésion à un modèle de transformation radicale, socialiste, des sociétés occidentales capitalistes et libérales). D'autre part, le texte n'applique pas à l'histoire l'intégralité d'un tel diagnostic puisqu'il conclut: "le moment ne nous paraît pas venu d'une crise de l'histoire dont certains acceptent, trop commodement, l'hypothèse".”*⁵

A interpretação é certamente forçada e não leva em conta as especificidades da produção historiográfica, como nos diz o mesmo Chartier:

“Je voudrais donc suggérer que les véritables mutations du travail historiques en ces dernières années n'ont pas été produites par

⁴ Id. Ibid. p. 69.

⁵ CHARTIER, Roger. “Le monde comme représentation.” In: *Annales E.S.C.*, novembre-décembre 1989, n^o 6, p.1505. Tradução livre minha: “De um lado, ele afirma a existência de uma “crise geral das ciências sociais”, perceptível no abandono dos sistemas globais de interpretação, destes “paradigmas dominantes” que foram a um tempo, o estruturalismo ou o marxismo, como a recusa proclamada das ideologias que tinham conduzido seu sucesso (entendemos a adesão a um modelo de transformação radical, socialista, das sociedades ocidentais capitalistas e liberais). De outro lado, o texto não aplica integralmente à história semelhante diagnóstico já que concluiu: “o momento não parece vindo de uma crise da história da qual vários aceitam muito comodamente, a hipótese”.”

une "crise des sciences sociales" (qu'il faudrait démontrer plus que proclamer ou par un "changement paradigme" (qui n'est pas devenu réalité du seul fait d'être ardemment souhaité par certains), mais qu'elles sont liées à la distance prise, dans les pratiques de recherche elles-mêmes, vis-à-vis des principes d'intelligibilité qui avaient gouverné la démarche historique depuis vingt ou trente ans."⁶

Esses "princípios de inteligibilidade" são, segundo Chartier, basicamente três. O primeiro diz respeito a um distanciamento frente a um "projeto de história global". Aqui entendemos os níveis de articulação do real e das diferentes temporalidades, onde a história dos últimos anos aparece como investigadora de macroprocessos sociais, bem como ciência de síntese. A própria história das mentalidades foi herdeira dos métodos de análise serial e abusou com frequência do termo longa duração. Em grande parte, foram estudos demográficos que conduziram a uma história do mental através dos séculos. Grandes porções de tempo e variados aspectos do viver humano foram tragados pelo historiador. Isto está presente na tipologia de fontes do historiador novo: imagens, utensílios do cotidiano, literatura, hagiografia e tanto quanto ele possa imaginar.

A análise da cultura tem-se orientado pelos "cortes sociais" como sendo capazes de fornecer os elementos de nossa interpretação das diferenças e contradições culturais. Lembramos aqui o fato de que inúmeros aspectos estudados pela antropologia transbordam as oposições já correntes entre o popular e o erudito, o dominante e o dominado. A investigação do mito leva freqüentemente a tempos longínquos sem que possamos lê-lo inteiramente pela lógica das classes e grupos

⁶Id. *ibid.*, p.1508. Tradução livre minha: "Eu queria então sugerir que as verdadeiras mudanças do trabalho histórico nos últimos anos não foram produzidas por uma "crise das ciências sociais" (que seria necessário demonstrar mais do que proclamar) ou por uma "mudança de paradigma" (que não se tornou realidade pelo simples fato de ser arduamente jurada por alguns), mas que elas estão ligadas à distância tomada, nas práticas de pesquisa elas mesmas, frente aos princípios de inteligibilidade que tem governado a caminhada da história desde vinte ou trinta anos."

sociais, que uma estrutura ou escalonamento possa fornecer *a priori*.

Ginsburg tem dado ênfase igualmente a essas críticas reforçando, com Chartier, o conceito de *representação*. Sua análise desconstrói a familiaridade do termo. Estudando a representação do corpo do rei ou parte dele, entre os séculos XV e XVII, na França e na Inglaterra, Ginsburg adentra numa minuciosa análise do *texto* imagético e faz inúmeras correlações com a cultura clássica, com o Peru dos Incas, buscando aí, não exatamente o dado empírico da recorrência de práticas, mas o sentido simbólico das mesmas. Um dos grandes problemas que vem à tona é o da filiação, já abordado pelo autor. Esclarece-nos: “Mais filiation ne veut pas dire forcément continuité.”⁷ A questão da filiação torna o processo de análise histórica muito mais complexo, já que foge à seriação e à simples recolha de fatos da cultura.

Na verdade, o que o conceito de representação nos sugere é o aprofundamento de análise textual, englobando aí o seu meio, as circunstâncias específicas e os símbolos.

O que o historiador do mental tem feito é uma interpretação social da cultura. Chartier propõe-nos uma história cultural do social:

A partir de ce terrain de travail où se nouent le texte, le livre et la lecture, plusieurs propositions peuvent être formulées qui articulent de manières neuves les découpages sociaux et les pratiques culturelles. La première espère lever les faux débats engagés autour de la division, donnés comme universelle, entre l'objectivité des structures (qui serait le territoire de l'histoire la plus sûre, celle qui, en maniant des documents massifs, sériels, quantifiables, reconstruit les sociétés telle qu'elles étaient véritablement) et la subjectivité des représentations (à laquelle s'attacherait une autre histoire, voués aux discours et située à distance du réel). Un tel clivage a profondément traversé

⁷GINSBURG, Carlo. "Représentation: Le Mot, L'idée, La Chose", in: ANNALES E.S.C., nº 6, novembre-décembre, 1991, p. 1226. Tradução livre minha: "Mas filiação não quer dizer necessariamente continuidade".

*l'histoire, mais aussi autres sciences sociales comme la sociologie ou l'ethnologie, opposant approches structuralistes et démarches phénoménologiques, les premières travaillant à grande échelle sur les positions et les relations des différents groupes, souvent identifiés à des classes les secondes privilégiant l'études de valeurs et des comportements de communautés plus restreintes, souvent tenues pour homogènes.*⁸

Isso não parece significar uma contraposição frontal à história das mentalidades. Há mais um sentimento de insuficiência, que de superação.

A Micro-história

Ainda não discorremos sobre um dos “princípios de inteligibilidade”, citado atrás. Trata-se da questão do território e da região. Chartier associa a história total a uma necessidade de demarcação de um espaço particular, onde o pesquisador deve construir seu “quebra-cabeça”.

Segundo explica-nos Peter Burke, a questão central nessa perspectiva é o caráter antropológico. Não nos parece ser o caso de relegar a importância do espaço, mas o de vê-lo enquanto construção imaginária:

“Diferentemente de Furet e Ozouf (...), não discute as diferenças objetivas entre a França do nordeste e a do sudoeste, segundo a linha de Saint-Malo e Genebra. Ele se concentra na idéia das

⁸ - CHARTIER, Roger. Op. cit., p.1513. Tradução livre minha: “A partir deste terreno de trabalho onde se enlaçam o texto, o livro e a leitura, várias proposições podem ser formuladas que articulam de maneira nova os cortes sociais e as práticas culturais. A primeira espera afastar os falsos debates engajados em torno da divisão, dada como universal, entre a objetividade das estruturas (que seria o território da mais segura história, aquela que ao manipular documentos massivos, seriados, quantificáveis, reconstruiria as sociedades tais quais elas são verdadeiramente) e a subjetividade das representações (à qual se debruçaria uma outra história, destinada aos discursos e situada à distância do real). Uma tal clivagem perpassou profundamente a história, mas igualmente outras ciências sociais como a sociologia ou a etnologia, opondo abordagens estruturalistas e métodos fenomenológicos, os primeiros trabalhando com grandes escalas sobre as posições e as relações dos diferentes grupos, freqüentemente identificados às classes, os segundos privilegiando o estudo de valores e de comportamentos de comunidades mais restritas, freqüentemente tidas por homogêneas”.

"duas Franças", sua história e os efeitos desse estereótipo sobre as políticas governamentais (...). Distanciando dos chamados fatores "objetivos", Chartier está de acordo com a antropologia corrente, com os trabalhos recentes sobre o "imaginário"(...) e também com o falecido Michel Foucault".⁹

Todavia não podemos ignorar que a questão espacial tem sido revalorizada nos últimos anos, especialmente a partir da prática das chamadas micro-histórias. Ginsburg é atualmente o principal representante desse "estilo" histórico.

Entendida na visão tradicional de que já Fernand Braudel nos dava notícia, ou seja, simplesmente como uma história de duração menor, não é possível irmos muito além. Entretanto à luz do conceito de representação ela se torna uma reviravolta teórico-metodológica e não simplesmente a substituição do telescópio pelo microscópio.

Um dos trabalhos brasileiros que nos parece apontar pioneiramente neste sentido é o *Subúrbio* de José de Sousa Martins. Para ele, o subúrbio tem o estigma da imitação, enquanto o urbano seria prioritariamente o espaço da criação. No subúrbio não há protagonistas como na "grande" história. Essa história teria um caráter *circunstancial* e seria feita por coadjuvantes. Sua textura seria a da significação que esses coadjuvantes dão ao seu espaço e aos fatos da História. Esta última quase sempre os invade, como algo *estranho*. Assim, a "grande História" terá um sentido específico para as pessoas do subúrbio.

Dentro dessa rede de significados é que lembramos mais uma vez a história cultural de Chartier, onde a atenção é voltada mais para o que se assinala como sendo uma "comunidade interpretativa". Chartier nos fala da relação entre essa comunidade ou de um relato popular e o texto escrito:

⁹ BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales, 1929-1989*. São Paulo: UNESP, 1991. p.

D'où la nécessité d'un second déplacement portant attention sur les réseaux de pratique qui organisent les modes historiquement et socialement différenciés, du rapport aux textes. La lecture n'est pas seulement une opération abstraite d'itellection: elle est mise en jeu du corps, inscription dans un espace, rapport à soi ou à l'autre. C'est pourquoi doivent être reconstruites les manières de lire propres à chaque communauté de lecteurs, à chacune des ces "interpretatives communities" dont parle Stanley Fish.¹⁰

Parece-nos que há uma série de características novas na historiografia dos últimos anos, mas que somente agora tem havido necessidade de fazê-las avançar enquanto reflexão teórica. Talvez, com o abandono da história das mentalidades e o avanço em direção ao conceito de representação esteja-se caminhando para uma reflexão mais aprimorada. Dentro desse contexto, é necessário renovar a discussão, que hoje retorna, das questões regionais e locais. Nisso, as unidades acadêmicas periféricas poderão jogar um peso fundamental, caso osem. Dizemos ousar e pensamos basicamente em dois aspectos: 1) o aprofundamento das práticas de pesquisa; 2) a invenção de práticas atuais para fazer frente à velha história local.

Assim, talvez estivéssemos em feliz acordo com o que disse o poeta do historiador:

*Veio para contar
o que não faz jus ser glorificado
e se deposita, grânulo,
no poço vazio da memória*

O historiador

Carlos Drummond de Andrade

¹⁰ CHARTIER, Roger. Op. cit., p. 1512. Tradução livre minha: "Daí a necessidade de um segundo deslocamento tendo atenção sobre as redes de prática que organizam os modos historicamente e socialmente diferenciados, do relato [popular] aos textos. A leitura não é somente uma operação abstrata de entendimento: ela está colocada no jogo do corpo, inscrição num espaço, relação consigo e com o outro. Portanto, devem ser reconstruídas as maneiras de ler próprias a cada comunidade de leitores, a cada uma destas "comunidades interpretativas" das quais fala Stanley Fish".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LE GOFF, Jacques. "As mentalidades: uma história ambígua", in: LE GOFF, Jacques e NORA. Pierre. **História: Novos Objetos**. 3^a. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- DUBY, Georges. "Reflexões sobre a história das mentalidades e a arte", in: **Novos Estudos do CEBRAP**. n^o. 33, julho/1998.
- CHATIER, Roger. "Le monde comme représentation", in: **Annales E.S.C.**, n^o. 6, novembre-décembre/1989.
- GINSBURG, Carlo. "Représentation le mont, l'idée, la chose", in: **Annales E.S.C.**, n^o. 6, novembre-décembre, 1991.
- BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales, 1929-1989**. São Paulo: UNESP, 1991.